



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA ao RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: 016965/2024

EMPRESA RECORRENTE: **ALCANCE HOME CARE LTDA**

PROCESSO LICITATÓRIO: **012217/2024**

Referente ao:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2024

DATA DA ABERTURA: 27 de novembro de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HOME CARE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário para registro de preços, com observância da lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 04/11/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 05/11/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresas **ALCANCE HOME CARE LTDA**, denominada **RECORRENTE**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 28/11/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: "Os documentos apresentados encontram-se em conformidade com o edital e serão apresentados novamente em recurso. Ainda ressaltando que temos o prazo de 05 dias para apresentação de documentos de regularidade técnica e não a inabilitação direta."

A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO e DO CONTRARRECURSO:

O presente recurso foi interposto pela empresa **ALCANCE HOME CARE LTDA** em 02 de dezembro de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

Não houve apresentação de **CONTRARRECURSO** na Plataforma BLL Compras.

DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas participantes seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Classificados	Ração Social	Participante	Melhor Lance	ME
Inabilitados				
	ALCANCE HOME CARE LTDA	PARTICIPANTE 341	30.236,20	?
	48.406.299 ISABELA ABREU DE ANDRADE	PARTICIPANTE 121	30.735,97	?
	ADA HOME CARE EIRELI	PARTICIPANTE 769	33.759,00	?
Desclassificados				

DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Além do recurso que será exposto abaixo, a empresa **ALCANCE HOME CARE LTDA**, denominada **RECORRENTE**, apresentou o seguinte pedido:

“III – DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE RECONSIDERAÇÃO Nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, caso todas as empresas concorrentes sejam inabilitadas, Vossa Senhoria possui competência para conceder prazo para a regularização documental. Diante disso, requer-se, subsidiariamente, que seja concedida a oportunidade de reapresentação da documentação ajustada.
IV – DOS PEDIDOS Diante do exposto, a Alcance Home Care LTDA requer: 1.A reforma da decisão que culminou em sua inabilitação, com a consequente habilitação da empresa.2.Subsidiariamente, a concessão de prazo para apresentação de documentos ajustados, conforme prevê o art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.Termos em que, Pede deferimento. Segue em anexo a íntegra do recurso para devida apreciação”.

A **RECORRENTE**, apresenta em sua peça recursal, dos fatos, item I, informando que “participou do Pregão Eletrônico nº 43/2024, sendo inabilitada por suposta ausência e/ou inconformidade de documentos. Contudo, conforme demonstrado a seguir, a documentação foi devidamente apresentada no sistema e encontra-se em conformidade com o edital”.

Em suas razões do recurso, item II, a **RECORRENTE** informa que:

1. Certidão de Débitos Estaduais e de Dívida Ativa

Alegação: Ausência de Certidão de Débitos Estaduais acompanhada de prova de regularidade, tendo como **justificativa** a informação de que a referida “Certidão foi anexada no sistema sob a aba “Outros Documentos”, uma vez que o sistema não dispõe de campo específico para tal documento. Destaca-se que se trata de regularidade fiscal, e, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a empresa possui o prazo de cinco dias úteis para regularização de documentos. Assim, anexamos novamente a referida certidão para apreciação”.

2. Certidão do Cartório Distribuidor

Alegação: Ausência de certidão dos cartórios de falência e concordatas, tendo como **justificativa** a informação de que “a certidão foi devidamente enviada na aba “Outros Documentos” por ausência de campo específico. Reiteramos o envio da certidão atualizada, garantindo a plena conformidade com o item 9.11.2 do edital.

3. Validade da Proposta

Alegação: Validade de 60 dias, em desconformidade com o edital, tendo como **justificativa** que “a validade da proposta, conforme previsto, poderia ser corrigida no envio da proposta ajustada. Ademais, a própria pregoeira reconheceu que este não foi o motivo da inabilitação, sendo tal apontamento meramente formal”.

4. Documento “Ponto de Referência” (Item 9.12.1.1)

Alegação: Ausência de documento específico como “ponto de referência”, tendo como **justificativa** a informação de que o “edital não especifica o documento exato para o enquadramento como “ponto de referência”. Todavia, foi enviada a ficha do CNES, que atende à exigência do item. Anexamos novamente a ficha atualizada, por mera cautela”.

5. Certidões de Qualificação Técnica (Itens 9.12.1.3 e 9.12.1.4)

Alegação: Inconformidade das certidões apresentadas, apresentando como **justificativa** a informação de que as “certidões foram corretamente apresentadas e podem ser verificadas por meio dos códigos de autenticação nos órgãos competentes. Não há razão para a alegação de inconformidade quanto à qualificação técnica”.

6. Atestado de Capacidade Técnica (Item 9.12.1.5)

Alegação: Atestado não menciona “quantidades e prazos” exigidos, apresentando como **justificativa** a informação de que o “atestado de capacidade técnica foi ajustado e segue acompanhado de cópia do contrato, que comprova a prestação de serviços com as respectivas quantidades e prazos”.

Em seu pedido subsidiário de reconsideração, item III, a *RECORRENTE* informa que “nos termos do **art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**, caso todas as empresas concorrentes sejam inabilitadas, Vossa Senhoria possui competência para conceder prazo para a regularização documental. Diante disso, requer-se, subsidiariamente, que seja concedida a oportunidade de reapresentação da documentação ajustada”.

Em seus pedidos, item IV, a *RECORRENTE* requer:

1. A reforma da decisão que culminou em sua inabilitação, com a consequente habilitação da empresa.
2. Subsidiariamente, a concessão de prazo para apresentação de documentos ajustados, conforme prevê o art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Não houve apresentação de **CONTRARRECURSO** apresentado na Plataforma BLL Compras.

DO MÉRITO:

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Esta Pregoeira/Agente de Contratação entende, ainda, que qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após o exposto na interposição deste recurso, diante dos itens reclamados pela **RECORRENTE**, e para melhor decisão do recurso apresentado, antes a manifestação desta Pregoeira, necessário se fez enviá-lo, ao Setor solicitante, a Secretaria Municipal de Saúde, com vista ao setor de abastecimento para manifestação do informado no recurso quanto aos itens 4, 5 e 6, tendo em vista ser o setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, bem como, a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer. As manifestações e argumentações apresentadas serão de suma importância para decisão desta Pregoeira.

- **DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE:**

Faço constar que o recurso fora encaminhado para a secretaria solicitante por meio do processo 016965/2024, sendo que este setor ficou responsável pela análise técnica dos documentos, que foram anteriormente encaminhados através do processo 12217/2024 para apreciação. O setor demandante apresentou a seguinte informação:

“Na manifestação do recurso administrativo apresentado, em item 4, é citado pela impetrante que “foi enviada a ficha do CNES, que atende à exigência do item” (cópia literal do trecho), referindo-se a fase de habilitação do certame. Entretanto, o referido documento não consta nos documentos apresentados em #43 do processo 12217/2024.

O CNES consta na folha de nº 76 deste processo, sendo apresentado apenas neste momento na solicitação de recurso.

Consta na #43 do processo 12217/2024 apenas a apresentação de 01 (um) atestado de capacidade técnica, que foi expedido pelo Conselho Municipal de Saúde de Teresópolis/RJ, onde ratifico meu despacho quanto a análise técnica em #45 do mesmo processo, qual seja, “Consta em folha nº 01 do anexo da #43, atestado de capacidade técnica expedido pelo Conselho Municipal de Saúde de Teresópolis/RJ que versa sobre a prestação de serviços de auxílio em domicílio (home care). Entretanto, não é mencionado “quantidades e prazos”, conforme estipulado no item. Há de se

considerar que não foi apresentado cópia do contrato ou documento equivalente que pudesse fornecer tais dados complementares.” (cópia literal do trecho).

Neste momento, em recurso, a impetrante apresenta atestado de capacidade técnica expedido pela Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ e o termo nº 08/2024, referente ao contrato firmado (folhas de nº 93 à 108), onde se explicita a descrição dos itens contratados, referenciando as quantidades e prazos na qual se refere o atestado de capacidade técnica. Entendo que se apresentado na fase habilitatória, o documento seria passível de aceitação.

Saliento que dispenso análise jurídica quanto a aceitação dos documentos apresentados neste momento em recurso.

Retorne a Divisão de Licitação”.

- **DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:**

Segue abaixo parte da resposta da Procuradoria Geral do Município no processo 016965/2024. O parecer completo será disponibilizado em arquivo anexo:

(...)

“Por fim, a Administração está adstrita ao edital, e encontra-se a ele vinculado, com base no princípio da vinculação ao edital, nos termos do art. 5º da lei 14.133/21.

Entendo que a empresa não cumpriu as disposições do edital quanto à sua habilitação e apresentou proposta em desacordo com o estabelecido no edital.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso.

À Pregoeira para providências cabíveis”.

Diante do recurso interposto, bem como, das informações por parte do Setor solicitante e parecer da Procuradoria Geral do Município, informo que:

Primeiramente, necessário se faz constar o que diz a Lei nº 14.133/2021 a respeito do assunto falta de documentos para habilitação:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição** ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para:

I – **complementação** de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – **atualização** de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Necessário se faz constar, também, o que diz o edital a respeito do assunto falta de documentos para habilitação:

5.12 Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, este será declarado INABILITADO no momento oportuno.

5.1.3 Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para

regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

9.1 Todos os documentos de Habilitação constante neste tópico (ITEM 9) DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ser anexados e apresentados no ato do cadastro da proposta, em conformidade com o item 5.1. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI

9.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos.

22.3 No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Necessário se faz constar, ainda, de forma clara que um dos motivos pelo qual a empresa **ALCANCE HOME CARE LTDA**, denominada **RECORRENTE** foi **INABILITADA** por falta de documentos. A empresa não apresentou a **Certidão da Dívida Ativa do Estado**, de conformidade com a resolução **PGE/SER** nº 033/04 (...), item 9.8.5 do edital; não apresentou a **Certidão do Cartório Distribuidor** indicando os cartórios competentes de distribuição, item 9.12.2; e não apresentou o **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**, item 9.12.1.1.

O outro motivo de inabilitação deu-se que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela **RECORRENTE**, que não atendeu o solicitado no item 9.12.15.5 do edital, ou seja, a empresa não comprovou “o desempenho anterior da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação”.

A **RECORRENTE** informa no decorrer do recurso apresentado, itens 1 a 6, a palavra “alegação” e “justificativa”, entretanto, esta Pregoeira faz seu julgamento de acordo com o que foi apresentado de documentação. Nas justificativas a **RECORRENTE** informa termos como “a certidão foi anexada no sistema sob a aba “Outros Documentos”, uma vez que o sistema não dispõe de campo específico para tal documento”. A informação não é verdadeira. A **RECORRENTE** não anexou os documentos que a tornaram inabilitadas na plataforma.

A **RECORRENTE** informa que por “se trata de regularidade fiscal, e, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a empresa possui o prazo de cinco dias úteis para regularização de documentos. Assim, anexamos novamente a referida certidão para apreciação”.

Diz o artigo 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:
(...)

§ 1º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

O parágrafo acima, informado pela **RECORRENTE**, não condiz com o artigo 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A **RECORRENTE**, muito provavelmente, se confundiu com essa informação, ou não soube se expressar. Informo que os cinco dias úteis para regularização de documentos já foi informado

acima e deve estar de acordo com o artigo 64 da Lei nº 14.133/21, o que não se aplica ao caso de falta de documentos.

Quanto a proposta com validade inferior a sessenta dias, como informando no chat por esta Pregoeira, não foi o motivo da inabilitação, e sim a falta das documentações apontadas.

Quanto ao item 4 do recurso apresentado o item é claro quanto ao documento solicitado. Vejamos o que o edital diz:

9.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (conforme item 3.1 do termo de referência)

9.12.1 A licitante deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação técnica:

9.12.1.1 **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)** no município de origem, devidamente atualizado. A solicitação não se aplica caso o licitante seja enquadrado como "ponto de referência".

Ocorre que a empresa **RECORRENTE**, NÃO apresentou o documento CNES, e não há justificativa, na Legislação vigente, para não apresentação de documentos em procedimento licitatório.

Quanto ao item 5 do recurso apresentado, pertinente aos itens 9.12.13 e 9.12.1.4 do edital, refere-se a forma de apresentação da documentação, o que não está sendo questionado por esta Pregoeira. A empresa **RECORRENTE** deixou de apresentar documentos elencados no item 9 do edital, resultando em sua inabilitação.

Quanto ao item 6 do recurso apresentado pela **RECORRENTE**, pertinente ao Atestado de Capacidade Técnica, o Setor solicitante não aprovou o atestado enviado e justificou a inabilitação da empresa nesse item, conforme consta em char e faço constar a seguir: "Consta em folha nº 01 do anexo da #43, atestado de capacidade técnica expedido pelo Conselho Municipal de Saúde de Teresópolis/RJ que versa sobre a prestação de serviços de auxílio em domicílio (home care). Entretanto, não é mencionado "quantidades e prazos", conforme estipulado no item. Há de se considerar que não foi apresentado cópia do contrato ou documento equivalente que pudesse fornecer tais dados complementares".

A **RECORRENTE** informa no seu pedido subsidiário de reconsideração, item III do recurso, que, "caso todas as empresas concorrentes sejam inabilitadas", esta Pregoeira possui competência para conceder prazo para a regularização documental, e solicita "oportunidade de reapresentação da documentação ajustada". Ocorre que na Lei de Licitações antiga isso era possível, inclusive, com artigo próprio para aplicação, entretanto, o presente processo licitatório está sendo regido pela nova Lei de Licitações nº 14.133/21, não sendo possível, dentro da Legislação, aplicar tal pedido.

Quanto as alegações da **RECORRENTE** de que o documento "foi anexada no sistema sob a aba "Outros Documentos", uma vez que o sistema não dispõe de campo específico para tal documento", a informação não procede. **De fato não há campo para o documento, uma vez que, por padrão, a plataforma não disponibiliza campo para documentos específicos, conforme print abaixo do cadastro do certame na plataforma. Porém o documento não fora anexo na aba "Outros Documentos" conforme alegado.**

Documentos do Processo

Digite uma parte do nome do documento:

Documento	Obrigatório
<input type="checkbox"/> Alvará da Vigilância Sanitária	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Alvará de Funcionamento	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de Capacidade Técnica	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Atto Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social)	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Autorização de Funcionamento da ANVISA	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Autorização para Comercialização de Medicamentos Comuns e Especiais (ANVISA)	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Autorização para Comercialização de Produtos Correlatos (ANVISA)	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Cadastro de CNPJ	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Cédula de Identidade e CPF dos sócios	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Certidão de regularidade de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Certidão específica da Junta Comercial	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Certidão Negativa de Falência ou Concordata	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Certidão Simplificada da Junta Comercial	<input type="checkbox"/>

Salvar

Importante esclarecer que na página inicial (principal) do Pregão, há a seguinte informação: “ATENÇÃO para as documentações exigidas no edital, não havendo campo específico no rol da aba documentos, o mesmo deverá ser anexados em "outros documentos" em pasta zipada. Caso necessário, solicite ajuda da plataforma BLL Compras! ATENÇÃO item 9.12”.

Dados do Processo

AUTORIDADE: GILBERTO MARTINS ESTEVES

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO (14.133/2021)

REGULAMENTO: conforme edital

Nº PROC. (EDITAL): 43/2024

Nº PROC. ADM.: 12217/2024

ANO REFER.: 2024

REFER. PROC.: ☐ REEDIÇÃO

CONVÊNIO TRANSFEREGOV: ☐ Enviar Transfergov

ANO CONVÊNIO:

TIPO DO OBJETO: SERVIÇO

OBSERVAÇÃO: ATENÇÃO para as documentações exigidas no edital, não havendo campo específico no rol da aba documentos, o mesmo deverá ser anexados em "outros documentos" em pasta zipada. Caso necessário, solicite ajuda da plataforma BLL Compras! ATENÇÃO item 9.12

Dados de Contrato

TIPO CONTRATO: REGISTRO DE PREÇO

VALIDADE (meses): 12

PRazo PAGO: conforme edital

Prazos

MANIF. RECURSOS (hrs/min): 0 / 15

RECEB. RECURSOS (hrs/min): 72 / 0

RECEB. CONTRARRAÇÕES (hrs/min): 72 / 0

INÍCIO REC. PROPOSTAS: 01/10/2024 15:00

FIM REC. PROPOSTAS: 27/11/2024 09:30

INÍCIO DISPUTA: 27/11/2024 10:00

FIM IMPUGNAÇÃO: 22/11/2024 00:00

FIM ESCLARECIMENTOS: 22/11/2024 00:00

PUBLICAÇÃO: 01/10/2024 12:07

Por fim, mas não menos importante, informo que alguns dos documentos apresentados posteriormente a licitação, juntamente com este recurso, e que a **RECORRENTE** afirma ter anexada ao sistema, como o CNES e a Certidão do Cartório Distribuidor foram emitidas após a data de realização deste Pregão, demonstrando de forma clara que, a empresa **RECORRENTE** não anexou os documentos na plataforma e por isso foi inabilitada. Portanto, não há de se falar em “suposta ausência e/ou inconformidade de documentos”, “foi enviada a ficha do CNES, que atende à exigência do item. Anexamos novamente a ficha atualizada, por mera cautela”, ou ainda, “o atestado de capacidade técnica foi ajustado e segue acompanhado de cópia do contrato, que comprova a prestação de serviços com as respectivas quantidades e prazos”. Todos esses documentos foram anexados em data posterior a realização do Pregão, juntamente deste recurso, e não na plataforma como é o correto. Inclusive, o Atestado de Capacidade Técnica, enviado juntamente do recurso apresentado não é o mesmo do Atestado apresentado no processo licitatório. Enquanto o primeiro é da Prefeitura Municipal de Teresópolis, o segundo é da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Diante das informações expostas, bem como, do Setor Solicitante, a Secretaria Municipal de Saúde, com vista do Setor de Abastecimento e Procuradoria Geral do Município, fica demonstrado claramente que a **RECORRENTE** não apresentou a totalidade do rol de documentos solicitados no item 9 do edital.

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital;

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo;

Considerando que se tratando de procedimento licitatório, não se pode esquecer que tanto a Administração Pública quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, cláusulas essas que são a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem que o processo licitatório seja interpretado de forma qualquer;

Considerando que esta Administração Pública se baseia no princípio da vinculação ao edital, e deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes;

Considerando que a empresa **RECORRENTE** no momento da realização do procedimento licitatório, dia 27/11/2024, não apresentou a totalidade dos documentos solicitados no item 9 do edital;

Considerando que o edital é a lei entre as partes, e que, neste momento, **APÓS A REALIZAÇÃO DA SESSÃO e RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS**, essa Pregoeira não pode aceitar novos documentos, que não foram apresentados no momento correto, haja vista que representa descumprimento das normas e condições do edital.

Considerando todo o exposto, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado, permanecendo como **INABILITADA** a empresa **ALCANCE HOME CARE LTDA**.

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **ALCANCE HOME CARE LTDA**, denominada **RECORRENTE**, opinando pelo indeferimento do recurso apresentado. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 11 de dezembro de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira